

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Kátia Borges Barbosa ¹

RESUMO

A Política Nacional de Assistência Estudantil busca ampliar as condições de permanência de jovens em vulnerabilidade socioeconômica nas universidades públicas do todo o país. Este trabalho tem caráter exploratório, resultado da análise de dados de atendimentos realizados pelo serviço social no contexto da Universidade Federal do Ceará, campus Quixadá, entre os anos de 2018 e 2019, e revisão bibliográfica de teóricos da educação e de textos científicos sobre a execução dessa política em outras Universidades. Destacaram-se os desafios enfrentados pelos jovens oriundos das classes populares ao ingressarem na universidade pública, em especial no contexto deste campus, em que concorrem limitações financeiras, dificuldades de aprendizado e fatores socioemocionais como determinantes para a permanência e êxito acadêmico dos jovens atendidos no âmbito da assistência estudantil. Conclui-se sobre a importância dos atendimentos realizados pelo serviço social que ultrapassem a dimensão da concessão de auxílio financeiro, em conjunto com outras iniciativas institucionais que buscam investigar e dar visibilidade às trajetórias de vida desses sujeitos, com vistas à construção de uma universidade pública, plural e democrática.

Palavras-chaves: Educação Superior, Política Nacional de Assistência Estudantil, Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O Processo de democratização da educação superior, com maior ênfase a partir dos anos 2000, possibilitou que novos atores sociais ingressassem na universidade pública: os filhos das famílias oriundas das classes populares. Na contramão dessa abertura, viu-se mais recentemente um contexto de cortes orçamentários, o que nos leva a refletir sobre os rumos da democratização da educação pública e os desafios para garantia do acesso e permanência no ensino superior dos setores menos privilegiados economicamente através da Política Nacional de Assistência Estudantil.

O impacto de iniciativas legislativas, a exemplo da Emenda Constitucional Nº 95/2018 que congela gastos na Educação pelos próximos vinte anos, contrasta com o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) que prevê, até o ano de 2024, uma ampliação no número de matrículas de jovens entre 18 e 29 anos no ensino superior da ordem de 50%. No último Relatório de Monitoramento apresentado pelo Inep, a Taxa Bruta de Matrículas na

¹ Assistente Social vinculada à Universidade Federal do Ceará, Campus Quixadá. Bacharel em serviço social pela Universidade Estadual do Ceará e Especialista em Direitos da Criança e do Adolescente pela mesma universidade, katiaborges@ufc.br.

graduação brasileira no ano de 2019 chegou a 37,4 % do esperado (INEP/MEC, 2020), o que demonstra o longo caminho que ainda precisamos percorrer.

Esse trabalho destaca os desafios relacionados ao acesso desses sujeitos ao ensino superior público, em que concorrem limitações financeiras, dificuldades de aprendizado e fatores emocionais como determinantes para a sua permanência e o bom êxito acadêmico, e os desafios enfrentados pelas equipes no atendimento a esse público. O presente artigo tem caráter exploratório, resultado da análise dos dados de atendimento realizados pelo serviço social a partir da concessão e gestão dos benefícios da assistência estudantil nos anos de 2018 e 2019, concedidos no Campus UFC Quixadá. Foi realizada ainda revisão bibliográfica, a partir da leitura de artigos e dissertações que discutem a política de assistência estudantil no Brasil a partir da realidade vivida em diversos campi.

Para Marsiglia (2006), a pesquisa exploratória tem trazido contribuições muito importantes para a compreensão de questões novas que estão sendo percebidas na realidade concreta, denominados de temas emergentes. Destaca-se a importância da dimensão investigativa para o Serviço Social, pois os dados aqui trabalhados são resultado da observação e da sistematização dos atendimentos realizados por este profissional no âmbito da sua intervenção na Política de Assistência Estudantil no Campus UFC Quixadá e, nesse sentido, vale lembrar o que nos diz Baptista (2006) ao se referir ao objeto de investigação no Serviço Social como objeto da ação, e como tal objeto de conhecimento.

2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: CAMINHOS QUE SE CRUZAM

A discussão sobre a Política de Assistência Estudantil no nosso país nos faz percorrer dois caminhos principais: a trilha que nos leva a conhecer a história de jovens oriundos das classes populares e suas trajetórias marcadas pelas situações de humilhação, solidão e desenraizamento concomitante ao sentimento de superação das suas próprias expectativas e a dos seus familiares em relação ao êxito acadêmico e sucesso profissional (PIOTTO, 2007); e outra, que nos conduz a história da universidade pública brasileira, como um espaço social em permanente construção. Afinal,

Os traços que marcam as políticas da educação superior decorrem das transformações sociais e das diferentes reformas que as universidades vêm passando ao longo dos anos, sendo que a cada momento da história surgem desafios para IES que colocam em risco sua própria sobrevivência, assim como suas finalidades (KAWOLSKI, 2012, p. 37).

No que concerne a Política de Assistência Estudantil, a literatura nos traz como marco o ano de 1928, em que se inaugura a Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, destinada a auxiliar jovens brasileiros que estudavam na capital francesa. Se, por um lado, essa iniciativa demonstra certa preocupação do Estado com ações de assistência estudantil desde meados da década de 1930, o alvo dessas ações, ao destinar recursos e atenção às elites nacionais, as quais tinham a prática de enviar seus filhos para estudar na Europa (DUTRA e SANTOS, 2016), nos aponta o caráter pontual e fragmentado que por décadas caracterizou as ações em torno dessa Política.

Sobre as origens da Universidade no Brasil, Kawolski (2007) identifica duas características principais desse contexto: a primeira delas é o seu início tardio, somente a partir de 1808, com a chegada do Império, começam a serem estruturas as primeiras escolas e faculdades destinadas a formar prioritariamente profissionais como médicos, advogados, engenheiros; e a segunda que decorre da primeira, era que os recursos destinados a esses centros não necessariamente estavam vinculados às necessidades daquela sociedade por mão de obra qualificada, mas a preparação de uma elite escolarizada, o que nas palavras da própria autora, contrastava de forma gritante com a total ausência de uma educação popular.

Entre os anos de 1930 e 1945 viu-se a expansão do Ensino Superior com a criação de 22 novas Universidades (SANTOS e MARAFON, 2016). Em 1931, o Governo Vargas publica o Estatuto da Universidade e com ele institui a assistência estudantil. No documento fica garantido o direito a matrícula aos alunos que não conseguissem pagar as taxas de admissão, em número não superior a 10% do número de matriculados. A concessão desse benefício ficava condicionada a obrigação de indenização posterior. No mesmo documento, o Estado garantia o acesso aos estudantes de serviços de assistência médica e hospitalar e a concessão de bolsas de estudo, desde que nas medidas de amparo aos discentes fosse obedecido o critério de “justiça e oportunidade” (BRASIL, 1931).

A Constituição Federal de 1934 incluiu pela primeira vez o direito a assistência estudantil, a partir da criação do fundo de amparo aos estudantes destinado a gastos com moradia, material escolar etc. e nos anos que compreendem os governos militares e o período de transição democrática, viu-se diversas tentativas de estruturação da política de assistência estudantil (DUTRA e SANTOS, 2016), ainda assim, até os anos de 1990 as ações em torno dessa política foram marcadas pela informalidade, descontinuidade e escassez de recursos (COSTA, 2016), o que contribuiu para a formação da Universidade brasileira como um espaço privilegiado para a formação da parcela da população com melhores condições econômicas.

Por mecanismos que perpassam a via da meritocracia como forma de ingresso na universidade pública, a insuficiência de assistência financeira para que estudantes pobres que lá ingressassem custeassem as suas despesas, historicamente “o acesso ao capital escolar e herança familiar garantem a formação da moderna classe média brasileira como uma classe do trabalho intelectual, por oposição ao trabalho manual das classes sem acesso significativo ao mesmo tipo de capital” (SOUZA, 2018, p.34).

Podemos citar aqui como exemplo o trabalho de Portes (2001) que, ao buscar identificar jovens universitários pobres para sua pesquisa, chegou à conclusão de que em relação ao curso de Odontologia da UFMG, em 1996, não havia jovens com perfil considerado de vulnerabilidade. No mesmo trabalho ele admite que a despeito das diversas publicações sobre a Universidade, formação e modelos no Brasil, pouco se escreveu sobre os estudantes pobres nesses espaços. O autor reconhece o número reduzido de alunos oriundos das classes populares em cursos considerados elitizados, a exemplo das carreiras jurídicas:

Se por um lado é bem guarnecida a produção científica sobre o ensino superior brasileiro: origens, constituição, modelos, formas de estrutura e de funcionamento, sobre a ideia de Universidade, sobre o corpo docente e sua atuação, e até mesmo, sobre aquela parcela discente dominante - as classes médias, por outro lado pouco ou nada se encontra produzido quando se trata do estudante pobre no interior dessa instituição (PORTES, 2001, p. 22).

Outro elemento que chama atenção, até 1997, não existiam dados precisos a respeito do perfil socioeconômico dos estudantes universitário das IFES. Foram necessários esforços de instituições como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis - FONAPRACE e do movimento estudantil representado pela União Nacional dos Estudantes - UNE² para que fossem reconhecidas as demandas urgentes dos estudantes pobres que reivindicavam o acesso a esse espaço e lá precisavam permanecer até que concluíssem a graduação.

Segundo Santos e Marafon (2016) para melhor compreensão da realidade vivida pelos estudantes do ensino superior, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) realizou pesquisas nacionais a fim de traçar um perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES. Foram realizadas pesquisas em 1997, entre 2003 e 2004; em 2010 e a mais recente em 2014. Os dados revelaram um número considerável de alunos em vulnerabilidade socioeconômica o que trouxe visibilidade a esses sujeitos e suas trajetórias.

Destacam-se como primeiras iniciativas as pesquisas que traçam o perfil socioeconômico e cultural dos discentes, com a publicação de dados que orientaram a

construção do Plano Nacional de Assistência Estudantil, aprovado pela Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, e adotado em 2008, posteriormente substituída pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 (ESTRADA & RADELI, 2014, p. 33). A partir dessas legislações, o Estado brasileiro passa a reconhecer a necessidade de que sejam reservados recursos específicos para o atendimento desses alunos.

Outro movimento importante para consolidação da Assistência Estudantil como um política pública foi o processo de reestruturação do Ensino Superior com o advento de programas como o SISU, o REUNI, a Lei de Cotas, a Interiorização do Ensino com a abertura de novas Universidades e campi em diversos municípios do interior do Brasil. Para Silveira (2012, p. 13):

A necessidade de implantação de políticas de assistência estudantil se justifica no momento em que se iniciou, na educação superior, um processo de ampliação das medidas de acesso e inclusão, a partir da criação de novas universidades e de fomentação de políticas de ações afirmativas, reestruturação e criação de novas vagas nas universidades existentes.

Esse processo culminou no aumento do número de matrículas nas IFES e o ingresso de novos sujeitos, dentre os quais muitos estudantes oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com Arruda (2018), entre os anos de 2003 a 2014, houve um crescimento superior a 40% das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) com destaque para algumas regiões como Nordeste e Norte que tiveram um aumento no percentual de matrículas de 94% e 76%, respectivamente.

Diante de uma nova realidade institucional, tornou-se premente a criação de estratégias para a permanência dos discentes que ingressaram nas Universidades dada a impossibilidade de muitas dessas famílias de arcarem com os gastos decorrentes da graduação. Neste contexto, foi assinado o Decreto 7.234/2010 pelo então presidente Lula que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, garantindo os recursos necessários para ações prioritárias como moradia, alimentação, transporte, dentre outras, a fim de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS UFC QUIXADÁ: SUJEITOS E TRAJETORIA

O Campus UFC Quixadá conta com ações de assistência estudantil desde o ano de 2008. A unidade acadêmica foi criada no ano de 2006, no contexto de expansão e

interiorização do ensino superior no País, é vinculado à Universidade Federal do Ceará, e conta, atualmente, com 06 cursos de graduação².

De acordo com os dados do Levantamento do Perfil e das Expectativas dos Alunos Ingressantes (BARBOSA, NUNES e RODRIGUES, 2018) os discentes que ingressam no Campus UFC Quixadá são de outros municípios (82%), preponderantemente do sexo masculino (83,7%), com faixa etária entre 17 e 22 anos (87,4%) e renda per capita de até 1000 reais (68,2%). Aproximadamente 82% são oriundo de escola pública, cujo acesso a Universidade se deu por Cotas (54,3%). Para 73,5% desses alunos a identificação com a área da TI e Comunicação foi fundamental para escolha do Campus.

Os dados apresentados sugerem uma miríade de questões que precisam ser trabalhadas junto à comunidade acadêmica e tem se mostrado cada vez mais presentes nas falas dos estudantes que procuram o atendimento do serviço social. O fato de a maioria desses sujeitos serem de outros municípios implica, para além da falta de recursos para se manterem estudando em Quixadá, no processo de adaptação a uma nova realidade diversa da que eles viviam quando conviviam com seus pais/responsáveis nas suas cidades de origem.

Em relação ao contexto em que viviam esses sujeitos e suas famílias, os dados apontam para a condição de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes que aqui ingressam: 27,2% dos alunos alegam vivenciarem problemas financeiros; e para 64,4% o acesso gratuito ao Restaurante Universitário e a concessão do Auxílio Moradia são fatores determinantes para continuidade do curso.

Observa-se, portanto, que o contexto vivido pelos alunos do Campus UFC Quixadá se aproxima da realidade de muitos outros estudantes pobres que ingressam na Universidade, trajetórias marcadas pela falta de recurso e imprevisibilidade quanto ao futuro, como nos lembra Arruda (2018, p. 19):

(...) o percurso desses estudantes na universidade não é linear nem algo garantido a partir da oportunidade do ingresso, dependendo apenas do seu esforço intelectual, mas é atravessado por uma série de percalços, como deixar a casa dos pais na zona rural, dividir o aluguel com amigos na cidade, acordar muito cedo para pegar o ônibus que só passa em determinado horário, contar os gastos com alimentação, aluguel, água, energia, e principalmente, para alguns, lidar com a incerteza quanto a conclusão do curso.

² A Universidade Federal do Ceará é composta por sete campi distribuídos entre Capital e outros 04 municípios do interior do estado, dentre esses o Campus da UFC em Quixadá que oferta os cursos de Ciência da Computação, Design Digital, Engenharia da Computação, Engenharia de Software, Sistema de Informação e Redes de Computadores.

O atendimento ao estudante no Campus UFC Quixadá dá-se através da equipe do Núcleo de Atendimento Social - NAS. Nesse setor, os alunos são atendidos e acompanhados no âmbito da assistência estudantil e podem acessar qualquer uma das bolsas/auxílios ofertados, desde que atendam aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica estabelecido pela PNAES. Atualmente, contamos com os seguintes benefícios: Auxílio-Moradia, Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA), Auxílio Emergencial, Auxílio-Creche e Isenção da Taxa de RU.

Em relação ao alcance das ações de assistência estudantil nesse campus, no ano de 2018 o NAS atendeu 400 alunos. Desse total 91,75% são oriundos de escola pública; em relação ao sexo: 78,25% dos beneficiários são homens, apenas 21,75% são mulheres, o que pode ser explicado pelo perfil do aluno que ingressa nesse Campus; em relação a sua origem, 10% são do município de Quixadá, outros 20,5% são oriundos de outros municípios do Sertão Central e 30% são de Fortaleza e Região Metropolitana; já em relação a situação financeira de suas famílias, 76,25% dos alunos recebiam em 2018 uma renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, ou seja, o equivalente a 477 reais.

Em 2019, o número de beneficiários atendidos chegou a 417 discentes. O público alvo continua sendo alunos de escola pública (91.4%); em relação à questão de gênero, a razão entre homens e mulheres atendidos no âmbito da assistência estudantil não sofreu alterações significativas sendo 77,5% dos beneficiários do sexo masculino e 22.5% do sexo feminino; já em relação à cidade de origem é possível perceber algumas mudanças significativas no número de alunos de outros municípios do Sertão Central que em 2019 chegou 24.4% do total de beneficiários; apenas 5.7% são do município de Quixadá-CE e 25,4% são dos municípios de Fortaleza e Região Metropolita. Sobre os dados de renda percapta, no ano de 2019, 80.5% recebiam até meio salario mínimo, o equivalente a 499 reais.

Os dados demonstram, por um lado, que as ações têm alcançado os sujeitos alvos dessa Política, ou seja, foram selecionados estudantes pobres oriundos, preferencialmente, de escolas públicas, vindos de outros municípios; igualmente, retratam o contexto de desigualdades sociais em que grande parte desses alunos e suas famílias vivem. Esses números expressam também a importância das equipes multidisciplinares no contexto universitário a fim de orientar os alunos sobre os seus direitos e acolhe-los nos mais diversos contextos de atendimento.

Nesse sentido, além do acesso aos benefícios da PNAES, o serviço social realiza o acompanhamento sistemático dos beneficiários com orientações e encaminhamentos diversos. Num processo permanente de busca por novos sentidos aos contextos de vida e às escolhas

realizadas por esses sujeitos, equipe e discentes buscam caminhos que possam se contrapor ao ‘destino’ socialmente desenhado pelas estruturas de desigualdade (BARBOSA, 2015, p.261).

Ao debruçarmo-nos sobre os aspectos atinentes ao contexto social desses alunos, deparamo-nos com suas trajetórias de vida, permeadas por sentimentos, percepções que ultrapassam a dimensão imediata da necessidade do auxílio financeiro. É necessário o suporte de uma rede institucional que acolha, suporte e oriente esses discentes, pois como nos faz refletir Arruda (2018, p.29):

[...] o ingresso dos ‘coletivos feitos desiguais’, como negros, índios, pobres, pessoas com deficiência, no ensino superior trouxe diferentes demandas deixando claro a necessidade de pautamos não apenas mudanças nos currículos e nas discussões em sala de aula, mas a exigência de políticas públicas que garantam uma permanência com qualidade.

Uma política pública que busque garantir às classes populares o direito à educação superior precisa levar em consideração o contexto mais amplo de suas trajetórias. Do contrário, essas políticas podem perder importância ao parecerem ineficientes quanto aos seus objetivos, quando na verdade elas sofrem por atribuir ao espaço da universidade as “aparências de democratização” que nos fala Bourdieu (2007, p. 223), enquanto transformam os mesmos sujeitos alvos de sua ação em excluídos potenciais, contribuindo indiretamente para negar o direito à educação ao invés de garanti-lo.

4 POLÍTICA DE ASSISTENCIA ESUDANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Diferentes trabalhos têm focado nos desafios enfrentados pela Política Nacional de Assistência Estudantil, como uma das estratégias do Estado para concretização do processo de democratização da educação superior. Para Costa (2016, p. 352)

(...) com as pressões vividas durante a vida acadêmica e as lutas diárias causadas pelas questões socioeconômicas, os alunos podem desencadear uma série de questões que perpassam desde sua estadia na universidade, seu rendimento no processo de ensino-aprendizagem e, por fim, sua formação profissional.

Ao realizar o atendimento aos alunos beneficiários da PNAES no contexto do Campus UFC Quixadá, foi possível observar que, além das questões econômicas, outros fatores têm interferido nas suas trajetórias acadêmicas. As relações familiares, dificuldades de aprendizado, além de fatores emocionais, são pontos sensíveis e, para muitos desses alunos, percebidos como determinantes para a permanência e o bom êxito na universidade.

A despeito do contexto familiar, os ciclos de vida que se relacionam a perdas e rearranjos familiares são emblemáticos das relações complexas que envolvem a trajetória de

muitos desses sujeitos, como por exemplo: os alunos que se tornam pais/mães e precisam rever rotina de estudo a fim de conciliar a faculdade com os novos compromissos assumidos na condição de provedor/a; as situações de adoecimento que geram tanto demandas por acompanhamento para atendimento médico do próprio aluno, quanto cuidados em domicílio dos familiares; ou mesmo o processo de luto, quando acontece o falecimento de pessoas próximas.

É importante destacar que apesar de a maioria dos alunos do Campus UFC Quixadá, atendidos no âmbito da assistência estudantil, serem oriundos de outros municípios, eles não se desvencilham dos seus núcleos familiares, ainda que possam ter mudado de residência em função da Universidade e, sendo assim, situações que resultem em instabilidade nos laços que mantêm com a família geram um contexto de sofrimento que pode contribuir com um rendimento acadêmico insatisfatório.

A partir da análise das justificativas para baixo rendimento apresentadas pelos alunos em relação ao processo de aprendizagem no semestre 2018.2³, foram identificados déficit no ensino médio quanto aos conhecimentos adquiridos, que no contexto dos Cursos de TI, resultam em dificuldades de aprendizado nas disciplinas de Matemática Discreta, Lógica, Programação e Fundamentos de Banco de Dados. Alguns alunos fazem referência ainda a falta de identificação com a área escolhida, além da falta de conhecimento sobre a grade curricular do curso e reprovações em disciplinas que são pré-requisitos para outras, o que leva a retenção ou até mesmo a evasão em face das sucessivas reprovações.

Os discentes apontam ainda o contexto de adoecimento mental e o uso de medicação como fatores determinantes para o baixo rendimento acadêmico. Relatam sofrer com transtorno de ansiedade, o que interfere sobremaneira na apresentação de seminários e mesmo na resolução de problemas simples do dia-a-dia na Universidade; outros alunos se referem a crises de depressão, inclusive com episódios de alucinação e tentativas de suicídio. Os alunos que relataram algum problema emocional se referem ao uso de medicação e os transtornos de sono e concentração decorrentes do uso contínuo.

A transição para o ensino superior implica uma série de mudanças na vida do estudante, cujo impacto dependem das características desenvolvimentais do próprio jovem e das exigências e o apoio dos novos contextos. (SANTOS e ALMEIDA, 2001). Conhecer,

³ Foram analisadas as justificativas de 53 alunos beneficiários do auxílio moradia que apresentaram baixo rendimento ou rendimento nulo no semestre 2018.2.

portanto, suas trajetórias e os obstáculos enfrentados pelos estudantes implicam também em reconhecer possibilidades de atuação para o serviço social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas últimas décadas diversas iniciativas foram tomadas a fim de democratizar o acesso à Universidade. Ações do Estado como o REUNI, a Política de Cotas e a Política Nacional de Assistência Estudantil possibilitaram o ingresso de sujeitos que até então tinham poucas chances de acessarem à Universidade Pública.

Dentre tantos desafios, nossas atenções se voltam para os usuários da política de assistência estudantil na condição de sujeito de direitos em toda sua complexidade, cujas trajetórias marcadas por um contexto de desigualdade social impõem à Universidade a necessidade de que sejam criados mecanismos permanentes de problematização do projeto acadêmico do aluno, suas vivências e conflitos, no processo de sua formação. (ARAÚJO, 2003, p.97).

Esse trabalho também é uma oportunidade para contrapormos o mito incutido pelo senso comum de que para um aluno pobre basta oferecer bolsa/auxílio para que conclua com sucesso a tão sonhada graduação. Os dados de atendimento demonstram a importância de aprofundarmos nosso olhar a fim de construirmos tanto o perfil socioeconômico dos alunos assistidos pela PNAES, quanto mapearmos as suas trajetórias de vida cujos ciclos são marcados pelas rupturas, frustrações, conflitos. Como nos lembra Andrade, Santos e Cavaignac (2016, p. 33)

A democratização do acesso à educação superior trouxe consigo o desafio da evasão escolar, proveniente de diversas causas, que se vinculam não apenas ao cotidiano do ambiente educativo, mas também às relações que o estudante mantém com sua família e demais sujeitos sociais e às políticas governamentais.

No Campus UFC Quixadá foi possível perceber, através da análise dos dados de acompanhamento, que uma série de fatores concorrem para a permanência e o êxito acadêmico dos beneficiários da assistência estudantil: limitações financeiras, dificuldades de aprendizado, e condições socioemocionais que se intensificam com o processo de adaptação ao contexto universitário, as questões de gênero e de saúde mental.

Compreende-se a construção de uma universidade pública e de qualidade a partir da atuação das equipes de atendimento e no reconhecimento dos alunos beneficiários da assistência estudantil como sujeitos de direitos em toda sua complexidade. Nesse sentido,

acreditamos na contribuição que os agentes executores da Política Nacional de Assistência Estudantil podem oferecer ao lançar luz sobre as posições sociais ocupadas ao longo das trajetórias de vida de jovens universitários, oriundos de um contexto de vulnerabilidade socioeconômica que, ao cruzarem o contexto universitário, nem sempre encontram os suportes necessários para continuarem seu percurso acadêmico, ainda que possam acessar bolsas e outros auxílios financeiros.

Referência

ANDRADE, F. R. B., SANTOS, G.P. G DOS., CAVAINAC, M. D.(2016) . Educação em debate: reflexões sobre o ensino superior, educação profissional e assistência estudantil. In F.R. B. Andrade.; G. P. G dos Santos., M. D. Cavaignac (Orgs), *Ingresso e permanência no ensino superior: a assistência estudantil em debate* (pp. 15-42). Fortaleza, CE: Eduece: Imprece.

ARAÚJO, J. de O. (2003). *O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no programa residência universitária alagoana* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ARRUDA, B. D. L. V. (2018). *Quando o povo chegou ao ensino superior: as trajetórias escolares de estudantes de camadas populares no sertão cearense* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

BARBOSA, A., NUNES, S., RODRIGUES, G. (2018). Levantamento das expectativas e interesses dos alunos em relação ao curso. Campus UFC Quixadá.

BARBOSA, M. L. DE O. (2015). Destinos, escolhas e a democratização do ensino superior. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n 31, 256-282.

BOURDIEU, P.(1998). Escritos de educação. In M. A. Nogueira., A. Catani (Org.), *Os excluídos do interior* (pp. 217-227). Petrópolis, RJ: Vozes.

BAPTISTA, M. V. (2006). *A investigação em serviço social*. São Paulo, SP: Veras Editora.

COSTA, S. G. (2010). *A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRASIL. Decreto nº 19.851/1931, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br). Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234/2010, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível: [Decreto nº 7234 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: [L13005 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br/L13005). Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020: sumário executivo. Brasília, 2020.

DUTRA, N. G. DOS R., SANTOS., M. DE F. DE S. (2017). Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, 148-181.

ESTRADA, A. A., RADAELLI, A.(2014). A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. *Rev. on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, n. 16, 32-47.

KAWOLSKI, A. V. (2012) *Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos* (Tese de Doutorado). Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre.

MARSIGLIA, R. M. G. (2006). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. In A.E MOTA,. et al., (Orgs), *Orientações básicas para a pesquisa* (pp. 383-398) . São Paulo, SP: OPAS, OMS, Ministério da Saúde.

PIOTTO, D. C. (2007). *As exceções e suas regras: estudantes das camadas populares em uma universidade pública* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

PORTES, E. A. (20021) *Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um estudo a partir de cinco casos*. (Tese de Doutorado).Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTOS, C. P. C. dos., MARAFON, N. M. (2016) A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. *Textos & Contextos* , v. 15, n. 2, 408 - 422.

SANTOS, L., ALMEIDA, L. S. (2001). Vivências acadêmicas e rendimento escolar: Estudo com alunos universitários do 1.º ano. *Análise Psicológica*, v. 19, n. 2, 205-217.

SOUZA, J. S.(2018). *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Leya.